

# UMA QUARTEIRENSE QUE CAMÕES AMOU

José Carlos Vilhena Mesquita

Muito embora o ano de 1980 haja assinalado de uma forma brilhante a memória e a obra do maior vate da Língua portuguesa, não podemos deixar de reclamar a perda, inadmissível, dessa flagrante oportunidade para, através de uma singela placa evocativa, se perpetuar a existência no Algarve da casa que foi berço a D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão, considerada pelo historiador Teófilo Braga como a musa inspiradora dos *Lusíadas*.

Efectivamente, temos a certeza de que o edifício, situado nas imediações da praia de Quarteira, que se encontra sob exploração da empresa turística Lusotur, neste caso denominada «Estalagem da Cegonha», foi, no século XVI, residência de Nuno Rodrigues Barreto, alcaide-mor de Faro e vedor da Fazenda do Algarve, pai da «loira, viva, esperta e azougada» Francisca de Aragão. Na verdade, tudo leva a crer que a actual Estalagem da Cegonha foi, sem sombra para dúvidas, a vetusta casa apalaçada, do morgadio dos Barretos, pois que outra ali não deixou memória de ser tão rica e imponente quanto esta.

Curioso se torna assinalar que a formosa Francisca de Aragão tinha ascendência régia, pois que era filha de D.<sup>a</sup> Leonor de Mila e neta de D. Afonso de Aragão, mestre de Calatrava e duque de Villahermosa, reconhecido como filho bastardo de D. João II, rei de Aragão.<sup>1</sup> Mas, pelo lado paterno as suas raízes não eram menos importantes, na medida em que seu pai (irmão do célebre D. Francisco Barreto que se notabilizou como vice-rei da Índia) era sobrinho de D.<sup>a</sup> Isabel de Melo Barreto e Menezes, mãe de D.<sup>a</sup> Leonor de Castro, dama de honor da imperatriz D.<sup>a</sup> Isabel, que

---

<sup>1</sup> Cf. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 26 vols., Coimbra, Atlântida Editora. 1946-1955, tomo XI, pp. 269-270.

casou com D. Francisco de Borja, 4.º Duque de Gandia, que após enviudar ingressou na Companhia de Jesus. A sua eloquência e bondade de alma haveriam de fazê-lo chegar à mais alta dignidade da Companhia, ao leme da qual viria a falecer com fama e cheiro de santidade, sendo por isso canonizado, no século seguinte, pela Igreja.<sup>2</sup>

Descendente de reis e de santos, D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão prontamente reclamou o seu lugar na corte, para onde partiu com apenas doze ou treze anos, ficando desde logo ao serviço da rainha D.<sup>a</sup> Catarina, esposa de D. João III. Com o decorrer dos anos, veio esta criança a transformar-se na mais bela dama da corte, ofuscando com a sua beleza a própria infanta D.<sup>a</sup> Maria, sendo por isso fervorosamente adulada pelos poetas do seu tempo que, inclusivamente, lhe dedicaram algumas das melhores composições do nosso cancioneiro geral.

Por essa altura, ficaram feridos de amor alguns poetas bem conhecidos da nossa literatura, de entre os quais destacamos Pedro de Andrade Caminha, D. Manuel de Portugal. Jorge de Montemor, D. António de Almeida e D. Jorge de Menezes. Aliás, ao primeiro dos citados poetas se deve a assinatura desta formosa quintilha:

«O Algarve, onde nascestes  
A mais honra levantastes,  
Aragão c'o nome honrastes  
Portugal engrandecestes,  
Porque nelle vos criastes».<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Curiosamente, D.<sup>a</sup> Luísa de Gusmão, esposa de D. João IV e primeira rainha do Portugal restaurado, era trineta de Francisco de Borja (1510-1572) que, como já se disse, alcançou-se ao posto de III Prepósito Geral da Companhia de Jesus. Morreu em Roma, a 1 de Outubro de 1572, em cheiro de santidade, sendo como tal canonizado a 12 de Abril de 1671 pelo Papa Clemente X. No ano imediato ao grande terramoto de Lisboa, o rei D. José I convenceu o Pontífice Bento XIV a considerar aquele santo como padroeiro de Portugal contra os terramotos.

Vide. P. João Pereira Gomes, «Borja, Francisco de», in *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. I, pp. 359-360.

<sup>3</sup> Cit. p. Mário Lyster Franco, *Camões e a Algarvia*, Lagos, edição do G. E. A.. 1978, p. 24.

Mas, à parte estes notáveis vates, ficou célebre o mote que D.<sup>a</sup> Francisca ofertou ao galante Luís Vaz de Camões, cujo génio poético já ecoava pelos corredores do Paço, e que se resume a esta simples frase: «Mas, porém a que cuidados?».

O temperamental e feroso «Trinca Fortes» (alcunha popular do poeta), para fazer valer a sua fama de inspirado versejador, devolveu-lhe o mote glosado de três formas diferentes, das quais não podemos escusar-nos a transcrever aquela que mais nos pareceu identificada com ambos:

«Se as penas que o amor me deu  
Vêm por tão suaves meios,  
Não há que temer receios;  
Que vale um cuidado meu  
Por mil descansos alheios?  
Tens uns olhos tão formosos  
Os sentidos enlevados  
Bem sei que em baixos estados  
São cuidados perigosos,  
Mas, porém, a que cuidados?»<sup>4</sup>



Não vou analisar aqui o sentido galanteador destes versos, nem a velada paixão que neles parece deixar o poeta transparecer pela sua musa. Em todo o caso percebe-se que neles transparecem certos “cuidados” que impedem talvez a consumação de uma relação mais profunda. Mas porém, digamos agora, a que cuidados se refere o mote e a que cuidados se refere o poeta? Parece-nos que, a ainda

<sup>4</sup> Quando D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão, numa tentativa de testar o génio poético do galanteador do Paço, lhe enviou o seu verso, «Mas, porém, a que cuidados», não tardou a recebê-lo glosado de três formas diferentes acompanhado de uma carta cuja amabilidade do verbo e beleza do estilo não podemos deixar passar em claro:

«Deixei-me enterrar no esquecimento de V. M., crendo me seria assi mais seguro; mas agora que é servida de me tornar a ressuscitar, por me mostrar seus poderes, lembro-lhe que ua vida trabalhosa é menos de agradecer que ua morte descansada. Mas se esta vida, que agora de novo me dá, for para ma tornar a tomar, servindo-se dela, não me fica mais que desejar que poder acertar com este mote de V. M. ao qual dei três entendimentos, segundo as palavras dele puderam sofrer. Se forem bons, é mote de V. M.; se maus, são as glosas minhas».

In, *Obras Completas*, 5 vols., 4.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Editora Sá da Costa, 1971, vol. I, pp. 41-42.

muito jovem e quase criança, D.<sup>a</sup> Francisca ter-lhe-à chamado à atenção para os “cuidados” que uma menina da corte deve ter para manter as distâncias convenientes ao seu estatuto social. O poeta, por sua vez, parece quer dizer-lhe que o amor só lhe tem dado desgostos e por isso nada receie dele, até porque reconhece a diferença de estados sociais que os separam; porém a beleza dos seus olhos são tão fascinantes que merecem bem a pena esquecer esses “cuidados”.

A partir daqui parece ter-se desenrolado entre ambos uma forte amizade, que só não se transformou numa paixão porque, entretanto, a rainha apercebendo-se do que se estava a passar resolveu afastar o poeta para as campinas do Ribatejo.

Efectivamente, tal como afirma o Dr. Mário Lyster Franco, «a mais alta figura feminina do Paço rendeu-se aos galanteios do Poeta, entretendo e mantendo com ele, não talvez um amor material e arrebatado, propriamente dito, mas uma “terna amizade-amorosa” na feliz expressão de Júlio Dantas, um amor misto de adoração, de admiração e de ternura, que o acompanhou durante sucessivos anos e que, pela unção espiritual que principalmente o caracteriza, constitui uma das mais belas páginas da vida atribulada de Camões».<sup>5</sup>

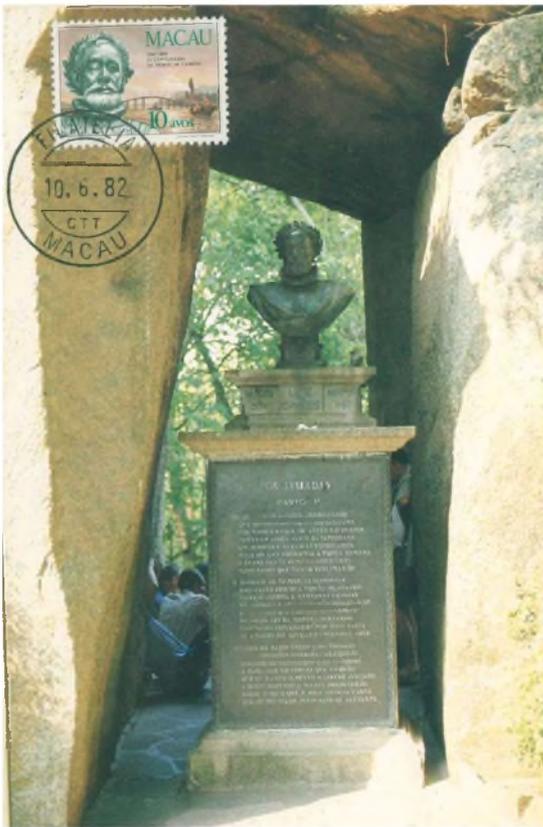
Esta afectuosa amizade com Camões deveria ter início por alturas do seu regresso de Ceuta, talvez na segunda metade do ano de 1551 e durou até à sua detenção na cadeia do Tronco a 16 de Junho de 1552, por ter brigado com Gonçalo Borges.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> in *Camões e a Algarvia*, op. cit., p. 20.

<sup>6</sup> «No Corpus-Christi (a 16 de Junho de 1552), aconteceu que certo Gonçalo Borges, apaniguado da Corte (porque tinha a seu cargo os arreios da Casa Real), ia atravessando a cavallo o Rocio, em direcção á rua de Santo Antão. Nas cercanias do convento de S. Domingos, fronteiro ás casas de Pero Vaz, dois mascarados o investiram com zombarias e remoques. O motejado tomou em má parte as palavras dos cavalleiros e retrucou chasqueando. Das bromas passaram a vias de facto, Luiz Vaz, que estava presente, reconhece amigos nos dois aggressores, arranca tambem da espada e fere o Gonçalo Borges no toutiço. (...) Eis porque o Poeta foi preso e encarcerado no tronco de Lisboa». Wilhelm Storck, *Vida e Obras de Luis de Camões*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, p. 422.

Alguns camonistas afirmam, creio que erradamente, que data já desta época a écloga IV, pois julgam haver sido dedicada à beleza de uma jovem cujos traços se identificam com a aia da rainha. Porém, o facto de D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão haver nascido entre 1536-37 dá-nos a firme certeza de que o poema não pode ser datado desta época, visto ser D.<sup>a</sup> Francisca ainda uma criança. Talvez seja mais correcto datá-lo de 1570, altura em que Camões regressa da Índia. Nessa época, sim, D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão, apesar dos seus 34 anos, ainda era a dama predilecta da rainha e uma das mais finas flores do seu canteiro. Portanto, daqui se conclui que *Os Lusíadas* foram escritos longe da corte, o que não constitui novidade nenhuma, durante o



longo exílio do poeta por terras do Oriente, e, tenho por certo, que não conheceu de forma alguma os melhores anos daquela esbelta camareira. Logo, não creio que se deva atribuir a uma adolescente de 15 anos a honra de se arvorar em musa inspiradora de *Os Lusíadas*, pois que o poeta daquela beleza olímpica apenas devia guardar uma fugaz recordação, dos primeiros e dos últimos anos em que frequentou a Corte de D. João III e depois a de D. Sebastião.

Na verdade, quando Camões voltou a ver D.<sup>a</sup> Francisca, decorria o ano de 1570, e embora despojada da beleza angélica e juvenil que ele tanto admirara, era agora uma bela mulher, de trinta e quatro anos de idade, capaz de acender no coração do velho poeta mais uma das suas fogosas

paixões. Porém, era já tarde, os anos passaram sobre ambos e a chama da paixão foi-se apagando nas desilusões naturais da vida. Camões estava cansado, gasto e desfigurado, era agora uma sombra do passado, uma esbatida lenda do donjuanismo cortesão, que perdera a graça e o viço nas terras agrestes do Oriente. Por outro lado, a vontade de publicar o seu poema épico não lhe deixava tempo para pensar em aventuras amorosas. Em todo o caso, é bem certo que, sete anos após ter regressado à pátria, Camões sentiu forte comoção ao ver casar-se, e pouco depois, partir para sempre, em direcção à corte austríaca, aquela que o Dr. Queiroz Veloso considerou como «a mais bela figura feminina de Portugal e da Espanha nos séculos XVI e XVII».<sup>7</sup>

Efectivamente, em Setembro de 1576, aos 40 anos de idade, D. Francisca de Aragão casava-se em Badajoz com o seu primo D. João de Borja, figura de primeira grandeza no seio da nobreza peninsular, homem rico e poderoso, que enviudara pouco tempo antes. Tornava-se, assim, na segunda mulher de um prestigiado diplomata<sup>8</sup>, figura cimeira na Corte de Filipe II de Espanha, que o agraciou em Setembro de 1596 com o título de Conde de Mayalde. Em Outubro de 1599, Filipe III (II de Portugal) fundou na integrada pátria lusa, o condado de Ficalho, cujo primeiro título atribuiu a D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão, mercê dos relevantes serviços prestados à rainha D. Catarina e ao zelo com que continuava a servir a Imperatriz de Espanha. O título de Conde de Ficalho era extensivo ao marido, que o acrescentou ao

---

<sup>7</sup> Queiroz Veloso dedicou à cortesã algarvia um estudo de incontestável mérito científico intitulado *Uma Alta Figura Feminina das Cortes de Portugal e de Espanha nos séculos XVI e XVII – D. Francisca de Aragão, Condessa de Mayalde e de Ficalho*, Lisboa, 1931.

<sup>8</sup> Foi sua primeira esposa D. Lourença de Oñaz, com a qual veio para a Corte portuguesa em 1569. Mas em 1575 D.<sup>a</sup> Lourença foi acometida por grave doença, razão pela qual D. João de Borja pediu autorização à Corte para se ausentar em direcção a Espanha onde esperava melhores lenitivos para a enfermidade da esposa. Porém, D. Lourença acabaria por falecer em plena viagem. Não chegou, porém, a cumprir o período de luto, pois que logo em Janeiro de 1576 o rei Filipe II nomeou-o embaixador de Espanha na corte do seu primo, cunhado e sogro, o Imperador Maximiliano II da Áustria, advertindo-o para que se casasse urgentemente com uma dama de superior hierarquia, se possível experimentada nas lides cortesãs, por forma a poder servir a Imperatriz. Assim, se explica que tivesse escolhido a prima, D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão, que se encontrava na corte portuguesa desde os doze anos ao serviço da Rainha D.<sup>a</sup> Catarina.

seu nome com grande soberba. Julgo até que por mercê do mesmo seria no ano seguinte nomeado para o honroso desempenho das funções de Vedor da Fazenda em Portugal. No entanto, é bem certo que a D. João Borja não faltavam honrarias, pois que possuía outros prestigiados títulos e funções, nomeadamente o de Comendador de Azuaga e Treze da Ordem de Santiago em Espanha, Embaixador na Alemanha do Conselho de Estado, Mordomo-mor da Imperatriz D. Maria, mulher do Imperador Maximiliano II, e da Rainha D. Maria, esposa de Filipe III de Castela, que quando faleceu em Fevereiro de 1603 lhe deixou um valioso legado, sendo no ano seguinte, apesar da sua obesidade mórbida e da sua avançada idade, nomeado para o importantíssimo cargo de mordomo-mor da nova rainha D. Margarida de Áustria. Para além disto, convém não esquecer ainda o relevantíssimo facto de ser filho de Francisco de Borja, que foi o 4.º duque de Gândia, grande diplomata, que após enviuar em 1545 da portuguesa D. Leonor de Castro, abraçou a vida monástica na recém fundada Companhia de Jesus de St.º Inácio de Loyola, vindo a tornar-se no terceiro geral da Ordem de Jesus, cargo que desempenhou com grande sucesso até à morte, ocorrida em 1572 junto da corte papal em Roma. Em 1617 foi exumado e os seus restos mortais trasladados para a igreja jesuítica de Madrid. Em 1671 seria canonizado como S. Francisco de Borja, e em homenagem aos serviços, diplomáticos e religiosos, prestados a Portugal, seria mais tarde designado como santo padroeiro contra os terremotos.<sup>9</sup>

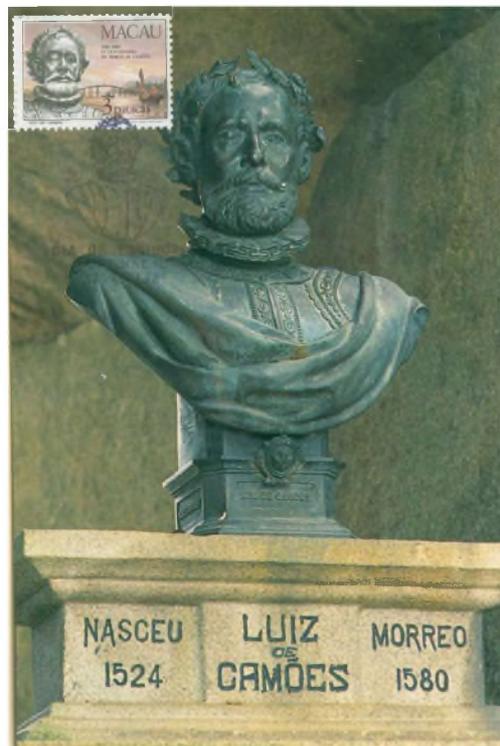
Quatro anos depois do casamento de D.<sup>a</sup> Francisca, o poeta Luís Vaz de Camões morria na mais confrangedora indigência, não se sabe bem se na sua casa na Calçada de Santana, ou se num hospital de Lisboa.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Cf. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, op. cit., tomo XI, p. 273.

<sup>10</sup> Frei José Índio, carmelita descalço de obscura memória anotou numa 1ª edição dos *Lusíadas* a seguinte observação, relativa aos últimos momentos de vida do Poeta: «Que cosa más lastimosa que ver un tan grande ingenio mal logrado! Yo lo bi morir en un hospital de Lisboa, sin tener una savana con que cobrirse después de haber triunfado en la India Oriental, de haber navegado 5500 leguas por mar: que

Quando D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão soube da morte do seu amado poeta, diz-se que chorou sentidas lágrimas e que chegou a recolher-se de nojo na sua câmara cortesã, prosseguindo porém o seu nobre destino, fazendo carreira ao lado do marido pelas cortes da Áustria, Alemanha e Madrid. Em 1596, Filipe II de Espanha concedeu-lhe o título de Condessa de Mayalde e três anos depois acrescentava-lhe o de Ficalho, em reconhecimento dos serviços prestados à rainha D. Catarina e à Imperatriz D. Maria da Áustria. Quando em 1600, Filipe III de Espanha nomeou D. João de Borja para o importantíssimo cargo de Vedor da Fazenda de Portugal, as mercês recebidas de el-rei foram tão avultadas que só em rendas o casal recebia cerca de 12000 ducados par ano.



A 3 de Outubro de 1606 morria D. João de Borja, de uma forma quase caricata. Na verdade, o velho diplomata por causa da sua avançada idade e excessiva obesidade cansava-se muito a percorrer os extensos corredores do Escorial (palácio imperial mandado construir por Filipe II nas proximidades de Madrid), e como tinha dificuldades de locomoção fazia-se transportar numa cadeirinha suportada por dois possantes criados; porém quando desciam uma das muitas escadas do palácio «aquele que ia frente tropeçou e os dois, desequilibrando-se precipitaram o pesado fardo pelos degraus abaixo, o que lhe causou a morte».<sup>11</sup> Os seus restos mortais, por disposição testamentária, foram trasladados para Lisboa, encontram-se

---

aviso tan grande para los que de noche y de dia se cançan estudiando sin provecho...» citado por José Hermano Saraiva, *Vida Ignorada de Camões*, Lisboa, Pub. Europa-América, 1978, pp. 355-356.

<sup>11</sup> Conde de Sabugosa, *Donas de Tempos Idos*, 5.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1974, p. 199.

ainda hoje depositados na capela-mor da Igreja de S. Roque, onde mandou que se construísse também um féretro ao seu lado para receber mais tarde o corpo da esposa, o que nunca viria a cumprir-se.

O casamento de D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão, apesar da diferença de idade entre os consortes, durou trinta anos e foi abençoado com quatro filhos, todos eles notáveis no seu tempo. O mais velho, D. Francisco de Borja e Aragão, foi o célebre príncipe de Esquilache, Vice-rei do Peru e um dos mais conceituados poetas do séc. XVII; o segundo filho, D. Carlos de Borja, conde de Ficalho e duque de Villahermosa, foi presidente do Conselho de Portugal em Madrid; o terceiro, D. Fernando de Borja, foi comendador-mor de Montesa, e, por fim, o mais novo, D. António de Borja, seguiu a vida eclesiástica, foi chantre da Igreja de Toledo e sumilher (reposteiro do Paço) da cortina de el-rei Filipe III.<sup>12</sup>

Apesar da maternal dedicação com que sempre criou os seus herdeiros, não foram estes, todavia, capazes de consumir o seu último pedido. Na verdade, o seu derradeiro desejo consistia apenas na ânsia de vir a ser sepultada ao lado de seu esposo na Igreja de S. Roque, à qual tinha doado em vida soberbos e valiosos relicários, e onde na capela-mor, do lado do Evangelho, lhe fora erigido túmulo próprio, inclusivamente, com lápide gravada em seu nome. Apesar disso, D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão, falecida a 19 de Outubro de 1615, encontra-se sepultada no colégio de Santo Inácio em Valladolid e «jamais alguém se preocupou em trazê-la para Portugal, como era seu desejo, para junto da corte em que brilhara como astro de aurifulgente grandeza, para mais perto da província que teve a honra de lhe ter sido berço, e que ela por sua vez altamente honrou com o prestígio da sua situação, do seu nome, da sua beleza e até dos seus amores».<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Cf. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, op. cit., tomo XI, p. 274.

<sup>13</sup> Cf. Mário Lyster Franco, op. cit., p. 24.

Infelizmente, decorridos quase quatrocentos anos após o seu desaparecimento, ainda ninguém se lembrou de aproveitar a existência da casa solar que lhe serviu de berço, para nele perpetuar a memória desta famosa cortesã, cuja beleza um dia se cruzou no caminho do grande Camões. Julgamos que não se trata, unicamente, de assinalar a presença de um imóvel de incontestável valor histórico, mas também de valorizar o turismo, já que o Algarve, contrariamente ao que se possa pensar, detém um riquíssimo espólio patrimonial, que carece de ser convenientemente explorado.

Por isso, daqui corroboramos o pedido encetado pelo semanário farenses «Correio do Sul», de 11 de Setembro de 1980, dirigido à empresa Lusotur, no sentido de naquele estabelecimento turístico, designado por Estalagem da Cegonha, se colocar uma placa em azulejo artístico contendo mais ou menos os seguintes dizeres:

NESTA CASA NASCEU, em 1536 ou 1537, a formosíssima D.<sup>a</sup> FRANCISCA DE ARAGÃO que foi a beleza oficial da corte do seu tempo e uma das mulheres QUE CAMÕES AMOU.

Esperemos que desta vez, e após termos dado uma breve ideia da importância histórica de D.<sup>a</sup> Francisca de Aragão, não se perca mais uma oportunidade para valorizar o nosso turismo cultural, inadmissivelmente ainda insípido ou inexplorado.

(artigo publicado na revista «Património e Cultura», Ano II, n.º 8, Dezembro de 1982, pp. 10-11.)